

AGOSTO
03

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras referente ao 3º decêndio de Julho/2016

AGOSTO
05

ISSQN Salvador-BA e Belo Horizonte-MG - Julho/2016

Salário

FGTS

DAE

AGOSTO
09

ICMS ST - Fatos geradores ocorridos de 01 a 31 de Julho/2016 exceto segmentos descritos no dia 23

AGOSTO
10

ICMS GERAL/SC - COMÉRCIO - Para empresas não optantes pelo Simples Nacional - Julho/2016

ISSQN Blumenau, Camboriu, Montenegro, Porto Alegre, Recife-PE, Rio de Janeiro-RJ, S. Francisco do Sul-SC, São Paulo e Tubarão-SC - Julho/2016

AGOSTO
12

ICMS GERAL/PR - COMÉRCIO - Para empresas não optantes pelo Simples Nacional - Julho/2016

ICMS GERAL/RS - COMÉRCIO - Para empresas não optantes pelo Simples Nacional - Julho/2016

AGOSTO
15

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras referente ao 1º decêndio de Agosto/2016

ISSQN Cachoeirinha, Caxias do Sul, Concórdia-SC, Florianópolis, Garopaba, Gravataí, Itajaí-SC, Joinville-SC, Monte Belo, Nova Bassano, Nova Prata, Novo Hamburgo, São Borja, São José do Rio Preto, São Leopoldo e São Lourenço do Sul - Julho/2016

CIDE - Remessas ao exterior - Julho/2016

INSS Individual

AGOSTO
19

COFINS (para Corretoras) - Julho/2016

PIS (para Corretoras) - Julho/2016

IRRF 8045 - Empresas de turismo e publicidade - Julho/2016

IRRF 1708 e 3280 - Serviços prestados por terceiros e cooperativas - Julho/2016

IRRF 3208 - Aluguéis - Julho/2016

CSRF (CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS RETIDAS NA FONTE - PIS/COFINS/CSLL) - Fatos geradores ocorridos em Julho/2016

ISSQN Boa Vista do Sul, Brasília, Canoas, Chapecó-SC, Curitiba-PR, Garibaldi, Gramado e Guaíba - Julho/2016

INSS

INSS S/ Receita Bruta

IRRF S/Folha de Pagamentos

AGOSTO

22

RET - Regime Especial de Tributação - Julho/2016

Simples Nacional - Julho/2016

ICMS Diferencial de Alíquotas para empresas do Simples Nacional - Junho/2016

AGOSTO

24

IOF - Imposto sobre Operações Financeiras referente ao 2º decêndio de Agosto/2016

AGOSTO

25

IPI - Julho/2016

COFINS - Julho/2016

PIS - Julho/2016

PARCELAMENTO DE ICMS RS

AGOSTO

31

IRPJ - Apuração Mensal LUCRO REAL - Julho/2016

CSLL - Apuração Mensal LUCRO REAL - Julho/2016

IRPJ - Apuração Trimestral LUCRO PRESUMIDO (Referente a 2ª quota 2º trimestre de 2016)

CSLL - Apuração Trimestral LUCRO PRESUMIDO (Referente a 2ª quota 2º trimestre de 2016)

ISSQN - Parcelamento

REFIS / PAES - Parcelamento

REFIS IV (MP 303/06 e LEI 11.941/09) - Parcelamento

REFIS Lei 12.996

Parcelamento Simples Nacional

Sindical Patronal

* Para fins deste Informativo consideramos para os tributos federais a regra geral dos vencimentos, o que contempla o município de Porto Alegre. Para fins de vencimento destes impostos para empresas localizadas em municípios **fora de Porto Alegre**, deverá ser verificado o vencimento correto para cada tributo.

Tabela de INSS 2016

Tabela de contribuição dos segurados empregado, empregado doméstico e trabalhador avulso, a partir de 1º de Janeiro de 2016.

(Portaria Interministerial MPS/MF nº 01/2016, publicada no D.O.U de 11.01.2016)

Salário	Alíquota
Até R\$ 1.556,94	8%
De R\$ 1.556,95 Até R\$ 2.594,92	9%
De R\$ 2.594,93 Até R\$ 5.189,82	11%

Tabela de Salário Família 2016

Remuneração (R\$)	Cota de Salário-Família (R\$)
Remuneração até R\$ 806,80	R\$ 41,37
Remuneração acima de R\$ 806,80 até R\$ 1.212,64	R\$ 29,16

Fonte: Portaria Interministerial MPS/MF nº 01/2016, publicada no D.O.U de 11.01.2016.

Tabela de IRRF

Para o ano calendário 2015 - **Rendimentos pagos a partir da competência 04/2015:**
Media Provisória nº 670, de 10 de março de 2015.

Rendimento	Alíquota	Dedução
Até R\$ 1.903,98	-	-
De R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65	7,5%	R\$ 142,80
De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05	15,0%	R\$ 354,80
De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68	22,5%	R\$ 636,13
Acima de R\$ 4.664,68	27,5%	R\$ 869,36
Dependente	-	R\$ 189,59

O governo ainda não divulgou o índice de correção da tabela do Imposto de Renda Retido na Fonte para o ano calendário 2016, assim que esta informação for divulgada publicaremos a nova tabela.

▶ Salário Mínimo

Mínimo Nacional: **R\$ 880,00**, a partir de 01/01/2016.
Fonte: Decreto nº 8.618 de 29.12.2015, D.O.U 30.12.2015.

▶ Salário Mínimo Regional RS

R\$ 1.103,66/R\$ 1.129,07/R\$ 1.154,68/R\$ 1.200,28/R\$ 1.398,65
Vigentes a partir de 01 de fevereiro de 2016.
Fonte: Lei Nº 14.841, de 21 de Março de 2016 (DOE de 22.03.2016)

DISPENSA DA RETENÇÃO 4,65%

Empresas optantes pelo **SIMPLES NACIONAL**, na qualidade de tomadoras de serviços, contratarem algum serviço que esteja sujeito à retenção de PIS/COFINS/CSLL (4,65%), ficam dispensadas dessa retenção, ou seja, o valor a pagar ao prestador do serviço será o total da nota fiscal.

Essa informação deve ser dada ao prestador do serviço antes que ele emita a nota fiscal para que não destaque as Contribuições Sociais, mas apenas o IRRF, se for o caso.

ATENÇÃO – NOTAS FISCAIS DE RETENÇÃO

É obrigação do CLIENTE enviar, no ato do recebimento, via **DOMINIO ATENDIMENTO** ou por e-mail (retencoes@cgcontadores.com.br), as notas fiscais de serviços tomados, tais como, faturas de planos de saúde, recibos de aluguel, notas fiscais as quais tenham sofrido a incidência das seguintes retenções: IRRF, INSS, CSRF e ISSQN.

Esse procedimento nos permite enviar em tempo hábil as guias de pagamento dos impostos retidos, evitando assim, possíveis multas. Atentar para o fato de que estas notas fiscais **NÃO** poderão ser enviadas juntamente com o movimento contábil ou fiscal, ficando a empresa sujeita à incidência de encargos. A CG CONTADORES não se responsabilizará por estes encargos que possam ocorrer pela inobservância desta obrigação.

Lembramos que o prazo do IR e CSRF retido em notas fiscais é sempre até o dia **20 do mês subsequente** ao do fato gerador da nota fiscal pelo fornecedor.

CENSO QUINQUENAL DE CAPITAIS ESTRANGEIROS NO PAÍS 2016

Conforme Circular - BCB nº 3.795, de 16 de junho de 2016 Este ano deverá ser providenciado os censos quinquenais de capitais estrangeiros no Brasil, estabelecendo que as informações terão como data-base o dia 31 de dezembro do

ano anterior e devem ser prestadas ao Banco Central do Brasil no período de 01 de julho e 15 de agosto do ano subsequente.

O Censo Quinquenal é definido como aquele referente às datas-bases de anos terminados em zero (0) ou cinco (5).

Com isto, até 15 de agosto de 2016, devem prestar a declaração referente ao censo quinquenal as pessoas jurídicas sediadas no país que em 31/12/2015 apresentavam as seguintes condições:

- Com participação direta de não residentes em seu capital social, em qualquer montante;
- Os fundos de investimento com cotistas não residentes, por meio de seus administradores; e
- Com saldo devedor total de créditos comerciais de curto prazo (exigíveis em até 360 dias) concedidos por não residentes igual ou superior ao equivalente a US\$1 milhão (um milhão de dólares dos Estados Unidos da América).

Estão dispensados de prestar a declaração:

- As pessoas naturais, ou seja, as pessoas físicas;
- Os órgãos da administração direta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios;
- As pessoas jurídicas devedoras de repasses de créditos externos concedidos por instituições sediadas no País; e
- As entidades sem fins lucrativos mantidas por contribuição de não residentes.

PRAZO PARA ADMISSÕES

Em virtude das exigências do fisco, no caso de admissão de empregado a empresa deverá, 5 (cinco) dias antes do início do labor, enviar à CG todos os documentos relativos à contratação.

EXAME ADMISSIONAL

O exame admissional deve ser realizado antes que o trabalhador assuma suas atividades na empresa e antes da assinatura da carteira de trabalho.

O exame deve ser enviado à CG Contadores acompanhado dos demais documentos admissionais, a saber:

- 01 foto tamanho 3 x 4
- Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS)

Cópia dos seguintes documentos:

- Carteira de Identidade
- Nº de PIS
- Cadastro Pessoa Física (CPF)
- Certificado de Alistamento Militar
- Título de Eleitor
- Certificado de Reservista
- Carteira de Motorista
- Diploma ou Certificado Escolar
- Certificado(s) do(s) curso(s) relacionado(s) no Curriculum Vitae
- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos
- Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento
- Carteira de vacinação dos filhos menores de 07 anos
- Comprovante de frequência escolar dos filhos de 07 a 14 anos
- Comprovante de residência atualizado, **com vigência máxima de 60 dias**. Com indicação do CEP.
- Informar cônjuge e/ou filhos dependentes para fins de Imposto de Renda
- Cartão TRI

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Frente às novas exigências na legislação trabalhista, torna-se obrigatório que o funcionário apresente o documento de Identidade no ato da admissão.

CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS

Solicitamos que, antes da contratação de um estagiário, a empresa solicite informações à CG Contadores, para evitar problemas futuros de vínculo empregatício.

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados REGRAS PARA O ENVIO DA DECLARAÇÃO

As admissões deverão ser informadas ao Ministério do Trabalho nos seguintes prazos:

I - na data de início das atividades do empregado, quando este estiver em percepção do Seguro-Desemprego ou cujo requerimento esteja em tramitação;

II - na data do registro do empregado, quando o mesmo decorrer de ação fiscal conduzida por Auditor-Fiscal do Trabalho.

Com intuito de cumprir o prazo legal instituído pelo Ministério do Trabalho e Emprego é indispensável que as admissões sejam programadas e enviadas *antecipadamente para CG Contadores* já que a declaração da admissão para o fisco deverá ser entregue *até a data de início da atividade do colaborador*. As declarações entregues fora do prazo estão sujeitas a multas trabalhistas.

Fonte: Portaria do MTE nº 1.129/2014

Trabalho da gestante ou lactante em atividades, operações ou locais insalubres Lei nº 13.287 de 11/05/2016

Fica determinado, através da Lei nº 13.287/2016 que a empregada gestante ou lactante deve ser afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre.

“Art. 394-A da CLT, incluído pela Lei nº 13.287/2016:

A empregada gestante ou lactante será afastada, enquanto durar a gestação e a lactação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres, devendo exercer suas atividades em local salubre.

Fonte: Lei nº 13.287/2016

FÉRIAS – FUNCIONÁRIA GESTANTE

Tendo notícia da gravidez de alguma de suas funcionárias a empresa deve, imediatamente, comunicar à CG Contadores a fim de que seja, desde logo, informado o seu período de estabilidade e período aquisitivo de férias, evitando a dobra da mesma, ou seja, o pagamento em dobro do valor.

As férias devem ser concedidas dentro do prazo legal, tendo em vista que quando a empregada gestante já tiver direito ao gozo de férias e o limite para concessão recair durante a licença maternidade o gozo deve ser antecipado.

COMUNICADO DE ACIDENTE DE TRABALHO – CAT

O CAT é o documento usado para comunicar o acidente de trabalho à previdência social. Para a emissão deste documento a empresa deve observar os seguintes prazos:

- Até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência do acidente; e
- Imediato em caso de morte.

É obrigação do CLIENTE informar a CG Contadores todos os acidentes de trabalho que ocorrerem, esta informação deve ser enviada assim que o fato ocorrer, para que possamos cumprir o prazo legal instituído na legislação trabalhista. As comunicações de acidente de trabalho entregues fora do prazo estão sujeitas a multas trabalhistas.

PPRA/PCMSO

Frente às exigências na legislação trabalhista, reiteramos a obrigatoriedade da confecção do Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA) e do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO).

PPRA

Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Norma Regulamentadora (NR 09) que visa à preservação da saúde e da integridade dos trabalhadores, por meio da antecipação, reconhecimento, avaliação e consequente controle da ocorrência

de riscos ambientais existentes ou que venham a existir no ambiente de trabalho, tendo em consideração a proteção do meio ambiente e dos recursos naturais.

PCMSO

Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), Norma Regulamentadora (NR 07). O PCMSO deverá ser planejado e implantado com base nos riscos à saúde dos trabalhadores, deve incluir, dentre outros, a realização obrigatória dos exames médicos admissional, periódico, de retorno ao trabalho, de mudança de função e demissional, que inclui avaliação clínica, abrangendo anamnese ocupacional, exame físico e mental, além de exames complementares, para avaliar o funcionamento de órgãos e sistemas orgânicos, realizados de acordo com os termos específicos da NR 07 e seus anexos.

As empresas que ainda não possuem tais programas devem procurar empresas especializadas em medicina e engenharia do trabalho para providenciar o serviço.

EXAMES MÉDICOS OCUPACIONAIS

Todo trabalhador regido pela CLT, deve submeter-se aos exames médicos ocupacionais, sendo estes obrigatórios na **admissão**, na **demissão** e **periodicamente** no curso do vínculo empregatício conforme as datas previstas no PCMSO. **A inobservância destes procedimentos acarretará em multas trabalhistas.**

CONTROLE DE HORÁRIO

A legislação prevê a OBRIGATORIEDADE de adotar o regime de controle de horário, de entradas e saídas de seus colaboradores, apenas para as empresas que possuem mais de dez colaboradores.

A CG Contadores, ratificando, orienta para que todos adotem este controle, independentemente do número de colaboradores, pois caso a empresa venha a ser questionada pelo Ministério do Trabalho, terá melhores condições de comprovar a efetiva carga horária de cada colaborador.

O controle poderá ser realizado através de cartão ponto, preenchido manualmente (consulte a CG sobre a perfeita utilização dessa modalidade).

PRORROGAÇÃO DE JORNADA EM ATIVIDADE INSALUBRE

Nas atividades insalubres, quaisquer prorrogações e compensações de jornada só poderão ser praticadas mediante autorização da chefia da unidade de segurança e saúde no trabalho da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego correspondente. Consulte a CG para maiores esclarecimentos.

TOLERÂNCIA DE HORÁRIO

De acordo com o entendimento atual, inclusive com questionamento feito ao Ministério do Trabalho, não é permitido flexibilizar o limite de minutos que antecedem e sucedem a jornada de trabalho para fins de apuração das horas extras. As empresas devem praticar tolerância de 5 minutos.

Exemplo: Colaborador contratado para uma jornada de trabalho de segunda-feira a sexta-feira das 08h30min às 12h e das 13h às 18h18min, perfazendo um total de 44 horas semanais.



Quando ultrapassar o limite de minutos permitido de tolerância, será devido o pagamento de horas extras ou o desconto de atrasos integrais:

- Se marcou a entrada 6 minutos antes do horário normal de trabalho será devido 6 minutos de horas extras;
- Se marcou 6 minutos posterior ao início do horário normal de trabalho terá o desconto de 6 minutos de atrasos.

RECIBO DE PAGAMENTO A AUTÔNOMO – RPA

O vínculo estabelecido entre um profissional autônomo (prestador de serviço) e o seu contratante (tomador de serviço) é formalizado através do Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), documento gerado no ato da efetivação do pagamento pelos serviços prestados. Por se tratar de um documento comprobatório para inúmeras finalidades, é indispensável sua emissão, pois nele consta o destaque dos tributos a serem recolhidos pelo contratante, tais como INSS e IRRF.

Solicitamos que entrem em contato com o setor de Departamento de Pessoal da CG Contadores para verificar as medidas que devem ser tomadas, ANTES do início da prestação do serviço.

ATENÇÃO: A contratação do profissional autônomo deve ocorrer de forma eventual e não habitual para que não caracterize uma relação de emprego.

É obrigação do **CLIENTE** enviar, no ato do recebimento, via **DOMÍNIO ATENDIMENTO**, e-mail ou fax o **RPA** recebido, **NÃO** podendo ser enviado juntamente com o movimento contábil. A CG Contadores não se responsabilizará por encargos financeiros (multa e juros) que possam ocorrer pela inobservância desta obrigação.

CADASTRO ESPECÍFICO DO INSS - CEI

Solicitamos que, ao constituir a matrícula CEI, comunique imediatamente a CG Contadores para que possamos providenciar a declaração da Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social (GFIP) dentro do prazo legal. A declaração entregue fora do prazo esta sujeita à multa, sendo o valor mínimo de R\$ 200,00, no caso de declarações sem fato gerador, e de R\$ 500,00 nos demais casos.